

## ABORDAGEM GEOGRÁFICA DOS PROCESSOS DE TURISTIFICAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO NOS DISTRITOS DE LAVRAS NOVAS E SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO-MG<sup>1</sup>

Erick Alan Moreira Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
[erickalan@hotmail.com](mailto:erickalan@hotmail.com)

Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
[mamikisi@gmail.com](mailto:mamikisi@gmail.com)

### RESUMO

Este artigo investiga a complexa interação entre turismo, patrimônio e território, utilizando os distritos de Lavras Novas (LN) e São Bartolomeu (SB), em Ouro Preto-MG, como exemplos. Debate-se especificamente sobre os processos de *turistificação* e *territorialização*. Fontes primárias e secundárias são mobilizadas. Ancorados nos preceitos da Geografia Crítica e do método dialético, recorre-se à Análise Textual Discursiva como recurso interpretativo. LN e SB têm demanda turística regional, localizando-se o patrimônio cultural mais influente em SB, com práticas turísticas mais fiéis ao mundo rural. Em LN desenvolvem-se modalidades de turismo alheias às tradições e valores locais. Em SB, as territorialidades locais ainda prevalecem, enquanto em LN há uma notável *territorialização* de agentes externos, provocando a *des(re)territorialização* da população local. É crucial elaborar uma agenda de políticas públicas de turismo para ampliar a diversidade da demanda turística do município para os distritos em análise. O poder público local deve comprometer-se com a implementação de estratégias de governança participativa como parte essencial do planejamento turístico, instituindo modelos de gestão territorial mais inclusivos e participativos. Deve-se almejar o desenvolvimento de base territorial, onde o turismo seja harmoniosamente compatível com a preservação do patrimônio e, também, que as comunidades sejam de fato incluídas e beneficiadas.

**Palavras-chave:** Turismo. Patrimônio. Território. Ruralidades. Urbanidades.

### GEOGRAPHICAL APPROACH TO THE TOURISTIFICATION AND TERRITORIALIZATION PROCESSES IN THE DISTRICTS OF LAVRAS NOVAS AND SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO-MG

### ABSTRACT

This research investigates the complex interaction between tourism, heritage, and territory, using the districts of Lavras Novas (LN) and São Bartolomeu (SB) in Ouro Preto-MG as case studies. It specifically explores the processes of touristification and territorialization. Primary and secondary sources are utilised. Discursive Textual Analysis, grounded on Critical Geography principles and the dialectical technique, serves as an interpretive resource. The districts of LN and SB exhibit regional tourism demand, where cultural heritage plays a more significant role in SB, aligning tourism practices more closely with rural life. In contrast, LN adopts tourism practices that diverge from local traditions and values. In SB, local territorialities prevail, whereas LN experiences significant territorialization by external agents, leading to the *des(re)territorialization* of the local population. It is essential to develop a public policy agenda for tourism that enhances the diversity of tourist demand within the municipality for these districts. The local government is expected to implement participatory governance methodologies as a fundamental component of tourism development, establishing more inclusive and participatory frameworks for territorial management. The goal is to create territorial bases where tourism harmonizes with heritage conservation, ensuring that local communities are genuinely included and benefit from these initiatives.

**Keywords:** Tourism. Heritage. Territory. Ruralities. Urbanities.

<sup>1</sup> Os resultados apresentados neste artigo fazem parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vinculado ao Instituto de Geografia (IGEOG). Cumpre ressaltar que a pesquisa em elaboração foi apreciada através de análise ética pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UERJ, resultando em aprovação sob o registro CAAE: 73448323.7.0000.5282.

## INTRODUÇÃO

Ouro Preto, cidade mineira localizada a cerca de 90 km da capital Belo Horizonte, destaca-se globalmente por seu valor histórico, cultural e turístico. Foi a primeira capital de Minas Gerais (1720-1897) e conserva um patrimônio significativo associado ao estilo barroco-colonial em suas construções, com ênfase nas edificações religiosas e cívicas, muitas das quais permanecem preservadas até os dias atuais. Em virtude de sua relevância excepcional e universal, Ouro Preto foi a pioneira no Brasil a receber, em 1980, o reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Assim como a política patrimonial brasileira, supervisionada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), revelou-se elitista e excludente, a consagração da UNESCO seguiu uma trajetória semelhante na cidade. O perímetro de proteção originalmente definido abrangeu exclusivamente o distrito-sede do município. Em razão dessa incongruência, acredita-se ser crucial considerar uma abordagem mais abrangente sobre o município de Ouro Preto, incluindo os distritos adjacentes ao distrito-sede – nomeadamente neste artigo como distritos rurais<sup>2</sup> –, uma vez que estes desempenham um papel significativo devido à presença de valiosos patrimônios culturais.

Adota-se como referência teórico-conceitual a concepção de patrimônio territorial, conforme proposto por Dallabrida (2020). Essa abordagem busca superar as limitações da visão tradicional de patrimônio, incorporando aspectos territoriais mais amplos e integrados. Na percepção do autor, o patrimônio territorial é concebido:

como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (Dallabrida, 2020, p.12).

“Quando se considera o patrimônio territorial como referência, em síntese, está se propondo estudos focados na abordagem territorial do desenvolvimento” (Dallabrida; Rotta; Büttnerbender, 2021, p. 260). Dessa forma, busca-se transcender as políticas setoriais, vislumbrando políticas de desenvolvimento mais integradoras, que levem em conta as dinâmicas territoriais que vão além das simples abordagens econômicas, incorporando também dimensões sociais, culturais, políticas e ambientais.

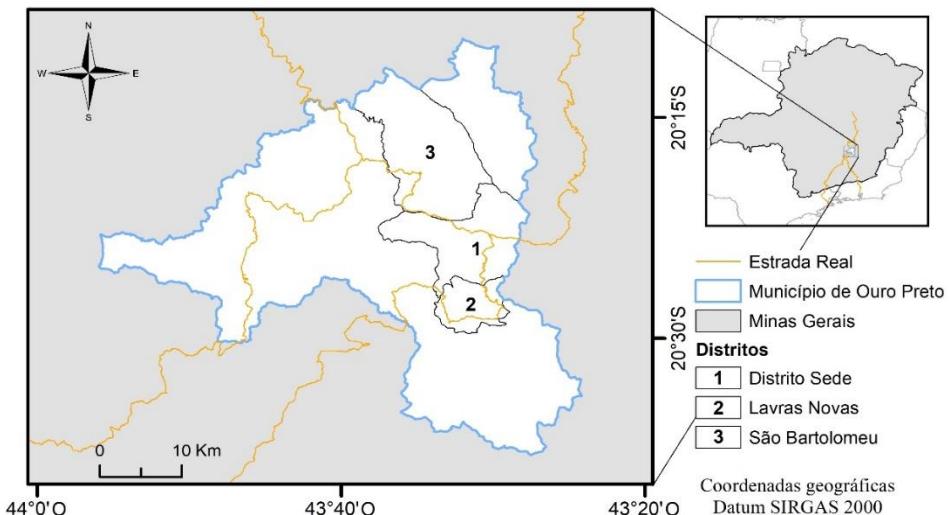
A noção de patrimônio territorial também se revela abrangente ao considerar integralmente tanto as materialidades quanto as imaterialidades como elementos essenciais a serem preservados para a manutenção das identidades territoriais. No contexto empírico, esse conceito se mostra útil, permitindo não apenas a identificação dos patrimônios culturais já sob tutela institucional, mas também visualizando uma diversidade de bens tangíveis e intangíveis presentes nos adjacentes ao município de Ouro Preto que ainda não foram reconhecidos institucionalmente.

A abordagem proposta neste artigo desponta-se proeminente para a investigação dos distritos de Lavras Novas e São Bartolomeu. Sob uma perspectiva geográfica, Lavras Novas e São Bartolomeu encontram-se aproximadamente a 13 km e 17 km, respectivamente, do centro histórico do distrito-sede de Ouro Preto. Além disso, esses distritos estão estrategicamente posicionados ao longo de uma rota histórica e turística de grande relevância, a lendária Estrada Real, como demonstrado na Figura 1.

A partir deste preâmbulo, emergem questões pertinentes relacionadas à interseção entre os temas abordados e o contexto espacial da pesquisa, a saber: Como os exemplos de Lavras Novas e São Bartolomeu contribuem para uma visão abrangente das interações complexas entre turismo, patrimônio e território? De que maneira a identidade cultural e histórica desses distritos está intimamente relacionada com a dinâmica do turismo, e como essas interações reverberam no próprio território? Quais são os efeitos do processo de intensificação da urbanização turística para a experiência turística e para o morador local? E, por fim, como se desenha a dinâmica da territorialização turística nas localidades em investigação?

<sup>2</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2022b), um município é a unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Um distrito, por outro lado, é uma unidade administrativa do município, criada por leis municipais e subdividida em subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outras denominações específicas. A sede municipal é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal, sendo considerada uma cidade. Já a sede distrital é a localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluindo os distritos das sedes municipais. Essas distinções são fundamentais para a compreensão da estrutura territorial do Brasil e para a elaboração de estatísticas precisas.

Figura 1 - Município de Ouro Preto (MG) - Localização dos distritos de Lavras Novas e São Bartolomeu, inseridos no contexto espacial do município de Ouro Preto e da Estrada Real - 2023



Fonte: Os autores, 2023.

Nesse contexto, o objetivo principal do artigo é conduzir uma análise abrangente, por meio de uma abordagem multidimensional, sobre a interseção entre turismo, patrimônio e território, com foco nos distritos de Lavras Novas e São Bartolomeu como exemplos paradigmáticos. Especificamente, busca-se compreender e contextualizar os processos de *turistificação* e *territorialização*, explorando suas complexidades subjacentes e avaliando os impactos desses fenômenos na dinâmica específica dessas comunidades.

Ademais, o texto possui uma estrutura que inclui, além desta introdução, uma contextualização teórica sobre os temas em investigação, detalhamento da metodologia utilizada, análise e discussão dos dados coletados e, por fim, considerações finais que sintetizam os principais achados e suas implicações.

## CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Este artigo concentra-se na análise da interação entre turismo, patrimônio e território. Na primeira subseção, são examinadas as incongruências das políticas patrimoniais e urbanas do município de Ouro Preto, que dificultam a obtenção de uma compreensão sistêmica do território. Na segunda subseção, os temas da pesquisa são contextualizados à luz do fenômeno das novas ruralidades. Além disso, a última subseção aborda as particularidades das práticas de Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo Rural (TR).

### **Paradoxos nas políticas patrimoniais e urbanas em Ouro Preto**

Em Ouro Preto, foi a partir da década de 1990, mais precisamente, que o patrimônio cultural passou a ser incorporado de forma mais explícita na política urbano municipal. Essa incorporação deu-se primeiramente por meio do Plano Diretor Municipal (PDM) em 1996<sup>3</sup> e, mais tarde, pela Lei de Ocupação e Uso do Solo (LOUS) em 2006 (Carmo, 2020). A promulgação dessas legislações fez parte de uma conjuntura mais ampla, legitimando o “urbanismo e o planejamento do território na produção

<sup>3</sup> A obrigação de elaborar o Plano Diretor Municipal está prevista no Artigo 182 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), que atribui responsabilidades às municipalidades para regulamentar a legislação urbanística e patrimonial através da elaboração de planos diretores. Em Ouro Preto, a primeira versão foi elaborada em 1996 e revisada em 2006 (Ouro Preto, 2006), comprometendo-se com a revisão a cada dez anos. Desde então, não foi produzido um novo documento. No contexto deste estudo, uma nova versão está em discussão com a comunidade, o que suscita a expectativa de uma possível atualização do documento e da abordagem a ser dada às questões pertinentes a este trabalho.

de imagens e discursos que privilegiam ou excluem determinadas memórias e paisagens do território” (Paes, 2009, p. 166).

Segundo Teixeira (2015, p. 160), em 2006, com a versão atualizada do PDM, foram estabelecidas as zonas que comporiam as áreas urbanas, incluindo sua subdivisão e localização, bem como os parâmetros urbanísticos conforme a recém-criada LOUS. Foram definidas as seguintes categorias de zonas: I – Zona de Proteção Especial (ZPE); II – Zona de Proteção Ambiental (ZPAM); III – Zona de Adensamento Restrito (ZAR); IV – Zona de Adensamento (ZA); V – Zona de Especial Interesse Social (ZEIS); e VI – Zona de Intervenção Especial (ZIE) (Ouro Preto, 2006).

Destaca-se, especialmente, as ZPEs, como “áreas que abrigam os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença do traçado urbanístico original e das tipologias arquitetônicas, paisagísticas que compõem a imagem do local” (Ouro Preto, 2006). Além disso, a ZPE representa a integração entre a política de preservação do patrimônio e a gestão urbana municipal, estabelecendo diretrizes fundamentais para a conservação e preservação do patrimônio cultural, sobretudo em relação à sua natureza material.

Com a implementação da LOUS, também foi estabelecida a criação das ZPEs para os distritos. No entanto, é terminante destacar que, mesmo com a expansão das ZPEs, persistem desafios significativos na inclusão efetiva dessas áreas nas práticas de preservação e ordenamento territorial. Este descompasso entre a política estabelecida, o discurso propagado e a prática observada evidencia uma lacuna preocupante na proteção do patrimônio cultural desses espaços.

A fragilidade reside não apenas na insuficiência das medidas físicas de preservação, mas também na falta de consideração pela dimensão imaterial do patrimônio cultural, incluindo tradições, práticas culturais e narrativas históricas que contribuem para a identidade e a história dos distritos. Dessa forma, é essencial buscar um real alinhamento entre legislação, discurso e prática, visando garantir uma proteção abrangente e eficaz desses locais de importância cultural e histórica.

As ações prioritárias encaminhadas para o perímetro tombado pelo IPHAN e chancelado pela UNESCO destacam a persistência de um modelo centralizado que favorece o centro histórico do distrito-sede em detrimento das áreas rurais, perpetuando desigualdades históricas (Leite; Brusadin, 2020). Nesse contexto, emerge como imperativo a adoção de uma abordagem mais equitativa, integrando todas as partes do território municipal.

Além disso, é fundamental reconhecer que a promoção da horizontalidade nos processos decisórios representa uma mudança essencial em direção a uma gestão urbana mais inclusiva e abrangente, conforme sugerido por Henri Lefebvre em sua concepção da “Utopia do Direito à Cidade”. Isso implica romper com as estruturas hierárquicas tradicionais, que muitas vezes marginalizam certos grupos e comunidades, e buscar abordagens mais equitativas e participativas.

Nesse contexto, as políticas de preservação do patrimônio cultural não devem ser negligenciadas. No entanto, é essencial buscar novas abordagens que se distingam das práticas historicamente adotadas pelo IPHAN e pela UNESCO, as quais frequentemente foram percebidas como elitistas e excludentes.

Na abordagem delineada, as dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural são consideradas de maneira integrada, reconhecendo a intrínseca interconexão entre esses aspectos. Além disso, é ressaltada a relevância tanto do patrimônio cultural sob tutela estatal quanto daquele que não recebe tal proteção, garantindo uma abordagem mais abrangente e inclusiva. Essa perspectiva visa não apenas compreender a diversidade do patrimônio cultural, mas também promover a valorização das múltiplas expressões culturais presentes em um território, contribuindo para uma representação mais autêntica e enriquecedora da identidade cultural.

As políticas urbano-patrimoniais devem priorizar a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento das múltiplas narrativas e expressões de identidade presentes em uma determinada localidade. Isso implica envolver ativamente as comunidades locais no processo de tomada de decisão e na definição dos bens e valores a serem preservados prioritariamente, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam plenamente atendidas.

Trata-se de um processo complexo que visa a propor novas formas de desenvolvimento local/territorial, caracterizadas pela crescente ativação de instrumentos de democracia participativa, em que são praticadas formas contratuais e acordos multi[s]setoriais e multifuncionais entre conjuntos de atores, para viabilizar o governo do território como um bem comum (Magnagui, 2015 apud Dallabrida, 2020, p. 16).

Nesse sentido, essa abordagem suscita a necessidade de direcionar o olhar internamente para os distritos em investigação, reconhecendo a importância em compreender profundamente suas características e dinâmicas locais. Isso implica não apenas uma análise superficial, mas sim uma imersão completa nas particularidades de cada distrito, levando em consideração fatores como história, cultura, economia, dentre outros. Somente ao compreender esses aspectos de forma abrangente, é possível desenvolver políticas e estratégias eficazes que atendam às necessidades específicas de cada comunidade. Além disso, esse enfoque interno permite identificar potenciais recursos e oportunidades locais que podem ser aproveitados de maneira sustentável para promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural da localidade.

### **Turistificação, urbanização e territorialização turística**

Sucintamente, conforme indicado por Knafo (1996), a *turistificação* delineia a descoberta e a apropriação de uma área territorial específica por agentes externos, motivados pelos atrativos culturais e/ou naturais presentes na região. Inicialmente chegam os visitantes e, à medida que a região passa a atrair mais turistas, surgem os primeiros investimentos locais. Portanto, o processo inicial de *turistificação* é sucedido pela urbanização turística dos lugares.

Segundo Cruz (2012, p.12), “a intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade”. Assim, fluxos de capital, informações e pessoas externos à localidade, que passa a ser vista como foco dos investimentos em turismo, se direcionam em um ritmo muito rápido para que este local possa, na maior velocidade possível, entrar no rol das destinações turísticas mais modernizadas<sup>4</sup>.

À medida que a *turistificação* se intensifica, aumenta a complexidade das interações entre os diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço, muitas vezes resultando em conflitos de interesses. Estes conflitos refletem a disjunção das diferentes territorialidades presentes no território, envolvendo comunidades locais, empreendedores do setor turístico e outros *stakeholders* disputando recursos, espaço e poder de decisão. Essa dinâmica pode gerar tensões significativas, exigindo um equilíbrio delicado entre o desenvolvimento turístico e a preservação dos valores culturais e identidades locais.

Nesse cenário complexo, é imperativo que políticas urbanas e patrimoniais sejam concebidas de maneira holística e interconectada, com o objetivo primordial de preservar os elementos culturais que constituem as bases das identidades territoriais. Nessa perspectiva, é crucial evitar distinções entre os bens oficialmente tutelados e aqueles que ainda necessitem de mecanismo oficial de proteção, uma vez que, para as comunidades locais, essa diferenciação muitas vezes carece de relevância. Portanto, o poder público deve manter-se vigilante, garantindo a salvaguarda integral dos bens culturais à medida que a atividade turística se intensifica na região.

Ademais, ao passo que um destino cresce, incorporando infraestrutura básica e turística, caracteriza-se a urbanização turística do lugar. Essa transformação não se limita ao aspecto físico, abrangendo também elementos simbólicos e imateriais. Além das mudanças visíveis, como construções e instalações turísticas, a urbanização turística influencia as dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Essa reconfiguração vai além da aparência da paisagem e alcança as identidades locais, práticas culturais e relações sociais, representando uma transformação profunda na interação das comunidades locais com seu ambiente (Mascarenhas, 2004).

Sob uma perspectiva teórico-conceitual mais abrangente, é crucial destacar que a urbanização turística contemporânea transcende os limites tradicionalmente associados ao meio urbano. Autores como Ashworth e Page (2011) argumentam que a urbanização turística não se restringe mais à expansão física das cidades; ela abrange um conjunto mais amplo de transformações que afetam o tecido social, cultural e econômico de diversas localidades, incluindo áreas rurais.

De acordo com Lash e Urry (1994), a urbanização não é mais uma característica exclusiva das cidades, mas sim uma condição generalizada que pode ocorrer em diferentes contextos territoriais. Nesse sentido, a urbanização turística pode ocorrer em locais antes considerados predominantemente rurais,

<sup>4</sup> Em geral, essa tem sido a tendência predominante. No entanto, com a expansão do capitalismo financeiro, têm surgido exemplos em diferentes partes do mundo, onde determinadas localidades são moldadas para o consumo turístico. Geralmente, esses lugares carecem de autenticidade e vitalidade, pois falta-lhes uma identidade própria. Muitas vezes, são criados simulacros destinados a atrair visitantes em busca de um lazer conspícuo.

impulsionada pela demanda crescente por experiências supostamente autênticas e pelo desejo de escapar dos centros urbanos saturados.

Santos (1996), por sua vez, contribui para a compreensão desse fenômeno ao destacar a noção de “urbanização generalizada”, que sugere a disseminação de características urbanas por todo o território. Isso implica que a urbanização turística não apenas redefine a paisagem física, mas também reconfigura as relações sociais, modos de vida e estruturas econômicas em áreas previamente não urbanizadas. Dessa forma, ao abordar a urbanização turística, é essencial incorporar uma abordagem mais ampla que leve em consideração a complexidade e a diversidade desse evento em contextos urbanos e rurais, uma vez que as transformações territoriais transcendem fronteiras tradicionais e exigem uma análise mais holística.

Ademais, a intensificação do processo de urbanização marca uma etapa crucial: a *territorialização* turística. No contexto de regiões marcadas por acentuadas disparidades socioeconômicas, como é frequentemente observado em muitas partes do Brasil que permanecem à margem do capitalismo global, esse processo tende a ser predominantemente desigual. A *territorialização* turística, alinhada às dinâmicas de acumulação do capital, pode levar à *desterritorialização* da população local, à medida que a dinâmica turística (re)produz o espaço, frequentemente priorizando interesses externos e exacerbando as desigualdades sociais. A prevalência de práticas turísticas desiguais destaca a urgência de estratégias de *reterritorialização* conduzidas pela comunidade local (Gesteira, 2021).

Essas estratégias devem visar a construção de uma base territorial mais equitativa e inclusiva, mitigando os efeitos negativos da *territorialização* turística desigual. Isso implica a instituição de um modelo de governança territorial que inclua a promoção de atividades econômicas locais, a participação ativa da comunidade nas decisões relacionadas ao desenvolvimento turístico e a preservação e valorização das manifestações culturais autênticas como abordagens fundamentais.

### **A interseção do turismo e do patrimônio entre ruralidades e urbanidades**

As últimas décadas do século XX testemunharam a intensificação dos processos de globalização, provocando transformações profundas na sociedade e, simultaneamente, reforçando as históricas relações de dominação entre os Estados-nações. O advento da globalização teve reflexos significativos em nível local, promovendo mudanças abrangentes nas esferas político-territorial, econômica, cultural, social e ambiental. No contexto brasileiro, as novas interpretações sobre o espaço rural demandam uma análise à luz da globalização e de uma abordagem inovadora baseada no território. Somente dessa forma é possível compreender um mundo rural mais dinâmico e multifuncional.

Do ponto de vista produtivo, às tradicionais funções do espaço rural incorporam-se outras, incluindo atividades de lazer e turismo. De acordo com Marafon (2006), a prática do turismo em ambientes rurais está intrinsecamente ligada ao processo de urbanização resultante de uma sociedade caracterizada pela assimilação do mundo rural pelo urbano.

*La revalorización de lo rural forma parte de la búsqueda de la sociedad para encontrar salidas para los problemas originados del modo de vida de la modernidad post fordista, como el stress, la agitación, la falta de solidaridad, la mala alimentación y se suma, los problemas de orden ambiental, polución, contaminación sonora, tránsito, etc., abriendo nuevas oportunidades de empleo para quien vive en el campo (ROMERO, 2012, p. 24).*

Ruschmann (2001) considera que a revalorização do espaço rural para fins turísticos<sup>5</sup> representa, especialmente para os cidadãos, a renovação das energias mentais e a busca do equilíbrio pessoal, embora não deixe de ser, também, um ato de consumo. A autora traz a baila um elemento primordial para o debate, uma vez que, paradoxalmente, tem se observado acender no imaginário dos cidadãos as convicções acerca de um campo ainda preso ao passado e à tradição, mas cujas comodidades o aproximam cada vez mais do urbano e do modo de viver contemporâneo (De David, 2020).

Segundo Rua (2020), a presença da atividade turística no espaço rural transcende as categorias convencionais, deixando sua marca na exterioridade das urbanidades por meio das transformações que instaura no território. Nesse cenário, a atividade turística se destaca por sua capacidade de

<sup>5</sup> A literatura que aborda as interseções entre turismo e patrimônio no espaço rural destaca-se a partir do fenômeno conhecido como “novas ruralidades”. No Brasil, esse debate ganhou maior destaque entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990.

remodelar a configuração territorial ao interagir de maneira interdependente com as ruralidades e urbanidades.

Ademais, Rua (2020) acrescenta que a introdução do turismo no espaço rural pode desencadear uma série de transformações. Positivamente, isso pode incluir melhorias nas infraestruturas básicas e turísticas, a modernização dos meios de comunicação e o surgimento de novas formas de comercialização integradas às redes metropolitanas ou ao mercado global. Por outro lado, sob uma ótica negativa, essas mudanças podem levar ao aumento da especulação imobiliária, resultando no encarecimento da terra, e à imposição da lógica capitalista sobre o território.

Ao considerar essas implicações, torna-se evidente que a inserção do turismo no espaço rural vai além do simples ato de receber visitantes. Implica em mudanças profundas que moldam a estrutura e a identidade dessas localidades, marcando uma interconexão cada vez mais intrínseca entre os elementos rurais e urbanos. Além disso, os impactos adversos gerados pela atividade turística em contextos rurais desencadeiam transformações na produção do espaço, resultando em conflitos e contradições que tensionam pares dialéticos fundamentais, como obra/produto e valor de uso versus valor de troca.

Ao abordar a atividade turística em ambientes rurais, é importante considerar as diversas modalidades existentes atualmente. Portanto, é essencial destacar a distinção entre o Turismo no Espaço Rural (TER) e o Turismo Rural (TR), pois muitas vezes há uma fragilidade conceitual que negligencia suas diferenças, sendo o TER a forma mais abrangente. Diante das diversas definições existentes, a formulação de Candiotti (2010, p. 10-11) é considerada a mais adequada.

O turismo rural está necessariamente vinculado às características do meio rural (produção agrícola e/ou pecuária, paisagens rurais com vegetação nativa e secundária, arquitetura rural, o contato direto com o modo de vida dos habitantes do campo e com os animais, a culinária da “roça”, entre outras). Por conseguinte, os empreendimentos que nada têm a ver com a prática e o conteúdo rural, mas que estão inseridos no espaço rural, fazem parte do turismo no espaço/meio/área rural e não do turismo rural.

Consiste, em particular, na intenção de preservação das identidades territoriais e, em geral, na promoção do desenvolvimento de base territorial, que o TR se distingue do TER. Enquanto o TR pressupõe o equilíbrio entre sociedade e natureza em sua essência, o (TER) não deve ser encarado da mesma forma. Como destacado por Souza e Klein (2019, p. 61), o TER não deve ser “considerado uma panaceia para os problemas das áreas rurais deprimidas: deve-se ter ciência de sua responsabilidade na geração de externalidades negativas além das positivas”.

De acordo com Bricalli (2005), o TER representa uma modalidade que envolve todas as tipologias de turismo que acontecem no espaço rural, tornando o componente espacial elemento preponderante em relação às atividades desenvolvidas. Dessa maneira, qualquer atividade turística desenvolvida em um espaço que não seja urbano constitui parte do TER, mas não necessariamente corresponde a uma atividade de TR (Candiotti, 2010).

É importante ressaltar que não se busca caracterizar perfis homogêneos, o que se pretende elucidar é haver, em determinadas localidades, uma atual sobreposição de práticas de TER em detrimento das experiências mais autênticas de TR. Ademais, o surgimento de diversas tipologias de TER muitas vezes caracteriza o território apenas como produto, alinhando-se aos interesses predominantes dos agentes capitalistas envolvidos na atividade turística. Essa abordagem frequentemente prioriza a lógica do valor de troca em detrimento do valor de uso, refletindo uma perspectiva que busca atender aos requisitos do mercado em detrimento das necessidades locais e do próprio ambiente rural.

Nesse contexto, o patrimônio cultural, frequentemente utilizado como atrativo turístico, pode ser submetido a uma lógica de mercantilização, perdendo sua autenticidade e desconsiderando os significados fundamentais para as comunidades locais. Diante dessa realidade, é essencial questionar e repensar as interações entre os agentes dominantes do turismo, o ambiente rural, o patrimônio cultural e os processos de territorialização e des(re)territorialização. Abordagens mais participativas e inclusivas, que valorizem os saberes locais e incentivem o desenvolvimento territorial, são cruciais para atenuar os impactos adversos e estabelecer um modelo de turismo rural mais ético e justo.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, possui caráter exploratório e explicativo, utilizando fontes primárias e secundárias. Para isso, foram combinados métodos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de uma ampla revisão da literatura disponível, com uma abordagem sistemática nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Estas plataformas foram escolhidas devido ao vasto acervo de conhecimento científico que oferecem. Preferencialmente, foram consultados artigos científicos dos estratos superiores do *Qualis Capes*, além de capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Adicionalmente, a pesquisa documental incluiu a análise do Plano Diretor do Município de Ouro Preto (PDM-OP) (Ouro Preto, 2006), da Lei de Ocupação e Uso do Solo de Ouro Preto (LOUS-OP) (Ouro Preto, 2011a) e do Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto 2017-2027 (PMT-OP) (Ouro Preto, 2017).

O trabalho de campo foi realizado em três ocasiões distintas, durante os meses de abril a julho de 2023<sup>6</sup>. Além das entrevistas semiestruturadas, que seguem a abordagem descrita por Triviños (1992), consistindo em questionamentos fundamentais embasados em teorias pertinentes à pesquisa, foram empregadas também técnicas de observação não participante. Esta abordagem permite que novas perguntas surjam à medida que as respostas dos informantes são recebidas, enriquecendo assim a coleta de dados.

Segundo Silva, Silva e Junckes (2009, p. 53-54), as entrevistas com indivíduos pertencentes a grupos sociais relevantes ao contexto explorado têm o propósito de esclarecer aspectos do fenômeno em investigação. Para alcançar os objetivos da pesquisa e obter respostas para as questões iniciais, é essencial conduzir entrevistas com moradores locais, bem como com indivíduos ligados a grupos estratégicos na produção do espaço turístico. Isso inclui membros da sociedade civil organizada, empresários do setor turístico, trabalhadores do setor e representantes do poder público local.

Considera-se que a principal limitação dos dados apresentados e discutidos reside na necessidade de priorizar as impressões de alguns grupos de agentes sociais em detrimento de outros. Optou-se por destacar a perspectiva do visitante, complementada pelas visões dos moradores locais e dos representantes do trade turístico. Essa decisão foi tomada porque esses grupos desempenham papéis cruciais nos processos de turistificação dos destinos. Assim, a escolha justifica-se devido ao seguinte motivo:

[...] há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente e a **territorialidade nômade dos que só passam, mas que não têm menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que frequentam**. Um bom número de conflitos nos lugares turísticos é oriundo das diferenças de territorialidades (Knafo, 1996, p. 64, grifo nosso).

No caso da técnica de observação não participante, sua seleção foi baseada na busca por obter informações imparciais sobre o objeto de pesquisa, por meio da perspectiva neutra dos pesquisadores. Esse método envolveu a elaboração detalhada de anotações no caderno de campo, permitindo uma compreensão aprofundada do contexto investigado. Segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 92), nos princípios da observação não participante, o pesquisador:

[...] presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador [...] [porém] consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático. No entanto, **evitar uma aproximação com o grupo estudado não elimina a condição de envolver-se com o objeto da investigação, haja vista que a escolha do que é/será investigado por si só já implica em tomada de posição pelo investigador** (grifo nosso).

<sup>6</sup> O período incluiu a Semana Santa, o Feriado de Tiradentes e as férias do mês de julho.

Finalmente, recorreu-se também ao uso do questionário online – utilizando a ferramenta do *Google forms* – com visitantes que estiveram em pelo menos uma das localidades investigadas. Os sujeitos da pesquisa foram identificados através da rede social Instagram, em páginas e uso de *hastag* específicos dos distritos pesquisados. O modelo de questionário adotado foi composto por perguntas fechadas; perguntas abertas; perguntas semiabertas; perguntas encadeadas; e pergunta-filtro<sup>7</sup> (Dencker, 1998).

A construção deste artigo se fundamenta a partir da Geografia Crítica, abalizada no método dialético e na Análise Textual Discursiva (ATD) como recurso interpretativo. O método dialético, fundamentado nos princípios da Geografia Crítica, emerge como o mais apropriado para ser empregado neste artigo, uma vez que se reconhece que não basta interpretar o mundo, é preciso transformá-lo. Essa abordagem analítica, que busca questionar e superar o *status quo* em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, revela-se pertinente para a compreensão de diversas práticas sociais relacionadas à produção e ao consumo do espaço, como é o caso do turismo. De acordo com Panosso Netto e Nechar (2014), tornou-se cada vez mais necessário o desenvolvimento de investigações em turismo com uma perspectiva crítica.

Ademais, segundo Moraes e Galiazzi (2006), a ATD permite combinar conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Portanto, a ATD permite criar espaços de reconstrução, envolvendo-se diversificados elementos, especialmente a compreensão dos modos de produção da ciência e reconstruções de significados dos fenômenos investigados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exposição e análise que se segue, iniciada com uma sucinta contextualização temporal do processo de *turistificação* das localidades em investigação e uma breve descrição do perfil do visitante, serão conduzidas de forma transversal. Serão consideradas as complexas relações estabelecidas entre as dimensões socioespaciais, socioculturais, socioeconômicas e político-territoriais que emergem da interação entre turismo e patrimônio.

Segundo Varajão e Diniz (2014, p. 80), em Lavras Novas, “o uso e ocupação do solo variaram ao longo de cada período histórico, culminando na prevalência do amálgama de atividades turísticas dos dias atuais”. Dutra e Laschefski (2013) complementam que, embora houvesse indícios iniciais de visitação já na década de 1980, foi somente na segunda metade da década seguinte que o fluxo de capitais e visitantes se intensificaram com destino para a localidade, suscitando um acelerado processo de urbanização turística no distrito.

Já no caso de São Bartolomeu, o processo de *turistificação* tem evoluído de maneira mais gradual, com a urbanização turística do distrito ainda se desenvolvendo de forma discreta (Delabrida; Carvalho, 2018). Nota-se um aumento mais expressivo no fluxo de visitantes nos últimos dois anos<sup>8</sup>, especialmente após a visibilidade turística da localidade ter sido ampliada com a indicação, em 2021, do Ministério do Turismo (MTUR) para o concurso “Best Tourist Villages in the World” (“Melhores Vilas Turísticas do Mundo”) (Figura 2).

<sup>7</sup> Cumpre mencionar que, por se tratar de um estudo de aproximação da realidade investigada, com caráter eminentemente qualitativo, as amostras não são representativas diante do universo pesquisado.

<sup>8</sup> A indicação foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação impressos, digitais e televisivos, em nível regional, estadual e até mesmo nacional. A partir de conversas informais com moradores durante a realização da pesquisa de campo, muitos relataram que, imediatamente após a divulgação dos distritos nos meios de comunicação, houve um aumento notável de visitantes. Esse aumento foi ainda mais favorecido pelo fato de que o concurso em que São Bartolomeu competiu ocorreu no decorrer do período pandêmico da Covid-2019. Nesse contexto, o turismo doméstico, especialmente o segmento do turismo rural e ecoturismo, experimentou um aumento substancial (Lima; Silva, 2020).

Figura 2 - Município de Ouro Preto (MG) - Destaque na indicação de São Bartolomeu para melhor Vila Turística do Mundo - 2021



Fonte: Machado, 2021a.

A diferenciação espaço-temporal da atividade turística em Lavras Novas e São Bartolomeu revela-se notável. Contudo, os processos de *turistificação* nesses distritos têm suas raízes na (re)valorização dos espaços rurais pela população citadina, associada à conservação da idealização de um ambiente bucólico e idílico como sinônimo de melhor qualidade de vida (Marafon, 2010; Romero, 2012).

Os resultados relativos à origem dos visitantes ratificam tal argumento, dada a evidente preponderância de visitantes provenientes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), representando 46% em Lavras Novas e 68% em São Bartolomeu. Essa marcante participação de visitantes da RMBH<sup>9</sup> sugere um interesse dos habitantes urbanos em buscar momentos de tranquilidade e relaxamento, afastados dos centros urbanos densamente povoados, do barulho e do ritmo acelerado característicos da vida contemporânea. Além disso, os dados corroboram com a dinâmica mais ampla da prática do turismo em ambiente rural, tanto na modalidade de TR quanto em TER, o que abrange deslocamentos curtos.

Em São Bartolomeu, destaca-se um índice significativo de excursionistas, correspondendo a 50%, enquanto em Lavras Novas essa categoria representa apenas 16%. Conforme a classificação oficial da Organização Mundial do Turismo (OMT), os excursionistas são os tipos de visitantes que passam o dia na localidade sem pernoitar, o que evidencia diferentes padrões de comportamento entre os distritos e destaca a importância de considerar essas nuances ao analisar o perfil dos visitantes em cada localidade.

Ao considerar somente os turistas, definidos pela OMT como os tipos de visitantes que pernoitam pelo menos um dia na localidade, observou-se que as estadias são predominantemente curtas. A maioria opta por permanecer apenas uma ou duas noites, representando 75% e 71% das respostas, respectivamente, tanto em Lavras Novas quanto em São Bartolomeu.

Considerando todos os tipos de visitantes, incluindo turistas e excursionistas, aqueles que optaram por hospedar-se por três ou mais noites em Lavras Novas totalizam 21%, enquanto em São Bartolomeu essa porcentagem é de apenas 14%. Apesar das diferenças que demonstram o visitante tender a permanecer mais tempo em Lavras Novas que em São Bartolomeu, ainda assim os dados indicam que a prática do turismo em contextos rurais, seja no formato de TR ou TER, apresenta características gerais que também se manifestam em Lavras Novas e São Bartolomeu, como deslocamentos curtos e de menor duração (Milheiro; Kastenholz; Carneiro, 2017).

É imperativo considerar que a satisfação geral do visitante em relação ao destino dependerá de uma

<sup>9</sup> De acordo com os dados do censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2022a), a RMBH conta com uma população de 5.733.075 habitantes, tornando-se uma das regiões metropolitanas mais populosas do país. Assim como outras áreas metropolitanas brasileiras, a alta densidade demográfica da RMBH está associada a diversas questões típicas das grandes urbes.

avaliação abrangente que incorpore todos os atributos que compõem sua experiência. Essa análise abrange uma variedade de elementos, com destaque para a qualidade da produção e oferta de bens locais, especialmente em modalidades de turismo que se propõem a oferecer experiências mais autênticas, além de aspectos mais amplos relacionados à organização espacial do local (Kvist; Klefsjö, 2006; López-Toro; Díaz-Muñoz; Pérez-Moreno, 2010).

Assim, a seguir, apresentam-se trechos de relatos de visitantes, com foco inicial no distrito de Lavras Novas e, posteriormente, no distrito de São Bartolomeu.

*“Eu sempre vou para realmente descansar [...] vou pela experiência de conhecer um lugar novo [...] Acho a cidade um charme [...] os atendimentos em restaurantes e artesanatos ficam um pouco a desejar, estacionar na cidade é um caos, pois o vilarejo é muito pequeno (V1 – LN<sup>10</sup>)”;*

*“[...] a cidade fica muito cheia aos finais de semana e apesar do impacto positivo para o comércio local [...] o excesso de turista[s] deixa o vilarejo bem tumultuado” (V2 – LN<sup>11</sup>)*;

*“Difícil para chegar por conta da quantidade de pessoas [...] o centro é agitado pra quem gosta” (V3 – LN<sup>12</sup>)*;

*“Eu esperava uma cidade mais tranquila, e estava acontecendo show bem na entrada da cidade” (V4 – LN<sup>13</sup>)*;

*“Vejo os aspectos negativos de superlotação e o desenvolvimento desordenado afetando a estética e infraestrutura da região (V5 – LN<sup>14</sup>)”*.

Durante as observações foi possível constatar de maneira concreta e tangível os desafios e transtornos previamente relatados. Trata-se de feriados prolongados nos quais o número de visitantes aumenta exponencialmente no distrito de Lavras Novas. Esta constatação é respaldada por meio de conversas, tanto formais quanto informais, com os moradores locais. Tornou-se mais evidente a superlotação, refletida no desordenamento do trânsito local, com um impacto visível no cotidiano da comunidade, conforme ilustrado na Figura 3. Dessa maneira, em períodos específicos como finais de semana, feriados prolongados e férias, o ambiente, que antes era caracterizado por sua tranquilidade e autenticidade, agora se via comprometido pela comercialização excessiva e pela massificação do turismo.

Figura 3 - Município de Ouro Preto (MG) - Esta imagem, registrada no sábado de aleluia da Semana Santa de 2023, evidencia os transtornos que o excesso de carros provoca na comunidade - 2023



Fonte: Os autores, 2023.

Todos os problemas destacados não apenas resultam em uma avaliação desfavorável do distrito de

<sup>10</sup> Depoimento do visitante (1) em Lavras Novas.

<sup>11</sup> Depoimento do visitante (2) em Lavras Novas.

<sup>12</sup> Depoimento do visitante (3) em Lavras Novas.

<sup>13</sup> Depoimento do visitante (4) em Lavras Novas.

<sup>14</sup> Depoimento do visitante (5) em Lavras Novas.

Lavras Novas, mas também acarretam repercussões adversas na vida da comunidade (Rosvadoski; Gava; Deboçã, 2014). Dentre outros impactos negativos, há uma *desterritorialização* frequente das práticas cotidianas da população, incluindo problemas como quedas de energia, congestionamentos, escassez de estacionamento, poluição sonora e visual.

*Hoje, há uma série de demandas que necessitam de resolução, muitas delas relacionadas à necessidade de estabelecer regras e normas. Por exemplo, o trânsito e o ruído nos estabelecimentos estão atualmente em um estado de grande desordem. Durante os fins de semana, o trânsito na área central torna-se caótico. Além disso, há dezenas de restaurantes situados lado a lado, todos com música ao vivo. Isso cria uma situação onde é difícil discernir qual música está sendo ouvida (E1 – LN<sup>15</sup>).*

A constatação empírica, corroborada por outros investigadores como Cordeiro (2008), Dutra e Laschefska (2013) e Silveira (2017), encontra respaldo na perspectiva de sujeitos locais, conforme relatado acima. Assim, a busca do visitante por tranquilidade, paradoxalmente, muitas vezes o expõe aos mesmos problemas enfrentados nos centros urbanos mais densamente povoados. Essa situação evidencia uma dialética intrínseca à expectativa do turista em vivenciar a serenidade do espaço rural e os desafios impostos pelo fluxo massificado de visitantes. Os impactos negativos gerados pela atividade turística revelam claramente algumas das principais contradições do capitalismo, que tende a deteriorar o que sustenta sua própria acumulação.

Diante disso, concorda-se com Rosvadoski, Gava e Deboçã (2014, p. 2) ao afirmar que “faz-se necessário monitorar continuamente o fluxo turístico, pois este, ao invés de preservar, pode estar danificando não apenas o território como também a própria identidade da comunidade”. Conforme exposto por Teixeira (2016), a comercialização excessiva do espaço rural muitas vezes resulta na descaracterização de elementos culturais locais, como arquitetura tradicional e manifestações culturais autênticas. Assim, deve-se vislumbrar um modelo de desenvolvimento harmonioso, que priorize um tipo de turismo que fortaleça os vínculos identitários da população com o lugar. Este aspecto consta presente na agenda de preocupações da comunidade de Lavras Novas, conforme retratado no texto intitulado “Lavras de Novas de Ontem e de Hoje”<sup>16</sup>.

*Como éramos mais felizes e não sabíamos. Se tinha menos dinheiro (ou quase nada); mas tínhamos uns aos outros [...] O nosso imaginário era formado pelas estórias de Santos e Assombrações; de músicas sacras e cânticos de lamentações, enfim, de coisas muito mais enraizadoras de cultura do que estamos vivendo hoje. Será que essa nova onda que estamos experimentando é agregadora para a comunidade? Do ponto de vista econômico, talvez..., temos mais “pão”. [...] Quando isso acabar, o que será de nós sem cultura e sem identidade? A riqueza de um povo está na sua identidade, cultura, costumes e tradições. [...] se todos ajudarem, nativos, empresários e simpatizantes/apaixonados por Lavras Novas, poderemos chegar a uma síntese relativamente real de uma comunidade que sabe prosperar, respeitando a cultura/identidade de um povo.*

Em São Bartolomeu, o fluxo turístico assume contornos e intensidades distintos em comparação a Lavras Novas, possibilitando uma análise mais aprofundada por meio dos relatos dos visitantes e, assim, a identificação de nuances específicas quanto ao impacto da visitação no território.

*“São Bartolomeu, lugar encantador, onde se pode desfrutar de uma boa gastronomia e de um bom descanso” (V1 – SB<sup>17</sup>);*

*“População envolvente com a vila e não deixando o capitalismo atrapalhar a questão cultural, a gastronomia local e sua particularidade, as cachoeiras belas e com belas trilhas e por ser uma vila bem tranquila” (V2 – SB<sup>18</sup>);*

*“É um vilarejo rural, admiro a paisagem, o sossego, o rio, os doces” (V3 – SB<sup>19</sup>);*

*“É uma vila tranquila e amistosa, as pessoas são receptivas e hospitaleiras” (V4 – SB<sup>20</sup>).*

O reconhecimento recorrente de São Bartolomeu como uma vila que, mesmo com a presença da atividade turística, preserva características típicas do ambiente rural destaca a persistência de atributos

<sup>15</sup> Depoimento de empresário (1) do setor de turismo em Lavras Novas.

<sup>16</sup> Texto de autoria de dois residentes locais, originalmente publicado na rede social Instagram, na página intitulada “Roteiros Lavras Novas”.

<sup>17</sup> Depoimento de visitante (1) em São Bartolomeu.

<sup>18</sup> Depoimento de visitante (2) em São Bartolomeu.

<sup>19</sup> Depoimento de visitante (3) em São Bartolomeu.

<sup>20</sup> Depoimento de visitante (4) em São Bartolomeu.

bucólicos e idílicos na concepção dos visitantes. Nesse contexto, são valorizados elementos como descanso, sossego, tranquilidade, gastronomia local e o contato mais próximo com a população. Acredita-se que a urbanização turística, com contornos ainda discretos em São Bartolomeu, favorece o aprofundamento das interações do visitante com as práticas cotidianas locais, proporcionando a apreciação dos modos de vida, tradições e costumes que compõem o cotidiano da comunidade local.

*A esposa pode contar isso muito procê. Porque a gente tem a fazenda que funciona, fim de semana, e a gente tem o trabalho que ela faz aqui, com a produção de doce, que é uma produção também com renome. Hoje ela já participou de muitos programas até em rede nacional. Então é um tipo de produção e ela trabalha com um nível de qualidade, um modo de fazer mais diferenciado, que a colocou numa escala de receber um turista também mais próximo dos eventos gastronômicos (M1 – SB<sup>21</sup>).*

A experiência descrita acima reforça a perspectiva de que os visitantes buscam vivenciar experiências autênticas no turismo rural, como a atração pela produção artesanal de doces, especialmente a goiabada. O entrevistado exemplifica isso ao mencionar o doce de goiabada, considerado patrimônio imaterial de Ouro Preto, elaborado de forma tradicional pela sua esposa em sua residência. Esse contexto é enriquecido pela presença de uma pequena loja no mesmo local, onde os visitantes podem testemunhar a produção e adquirir os produtos com a marca local (Figura 4).

Figura 4 - Município de Ouro Preto (MG) - Lojinha de doces à esquerda, na própria residência, com espaço para produção de doces à direita - 2023



Fonte: Os autores, 2023.

Ainda que a população entre Lavras Novas e São Bartolomeu seja essencialmente semelhante, oscilando em torno de mil habitantes, observam-se interpretações notavelmente distintas por parte dos visitantes. Enquanto é comum associar o distrito de São Bartolomeu a uma vila, em Lavras Novas ocorre o contrário, com grande parte dos visitantes referindo-se ao local como cidade. Acredita-se que um dos possíveis fatores que influenciam na interpretação do visitante também seja o nível de urbanização turística desses distritos.

“Embora a implementação de infraestruturas possibilite o incremento da atividade e da urbanização turística, há efeitos e impactos relacionados às preexistências históricas, marcadas pela fragmentação e valorização socioespacial seletiva” (Paiva; Diógenes, 2022, p. 166). A intensificação da oferta de serviços de hospedagem e gastronomia, apesar de proporcionar uma vasta gama de opções ao visitante, pode também resultar em certas descaracterizações em relação ao patrimônio cultural.

Cordeiro (2012, p. 78) ressalta que, em decorrência da influência do turismo, o “legado histórico e cultural é metamorfoseado em produto de consumo, mercadoria, e frequentemente é sujeito à descaracterização ou esvaziamento de seu significado original”. Em Lavras Novas, por exemplo, a

<sup>21</sup> Depoimento de Morador (1) em São Bartolomeu.

identidade local assume múltiplas facetas. Enquanto a história e a cultura do povo do distrito gradativamente perdem sua proeminência como elementos de atração turística relevantes, essa mesma identidade também serve de divisor entre os habitantes locais, delineando a distinção entre os nativos e os forasteiros (Rosvadoski; Gava; Deboçã, 2014).

Por outro lado, em São Bartolomeu, onde a urbanização turística ainda está em fase embrionária, é possível vislumbrar uma relação mais intrínseca entre o visitante e o morador, juntamente com uma valorização mais acentuada dos elementos locais, sobretudo a tradição do artesanato de doces, destacando-se especialmente a goiabada. Ademais, verifica-se uma tendência de valorização do distrito como um lugar de descanso e de patrimônios preservados. Na ótica do visitante, essa distinção torna a experiência turística no local única em relação a outros distritos de Ouro Preto, incluindo Lavras Novas<sup>22</sup>.

*"São Bartolomeu preserva o jeitinho em cada cantinho, poder estar lá e vivenciar com os nativos, consumir dos nativos, tomar uma cerveja com os nativos, ouvir os casos dos que lá moram e sempre moraram faz toda a diferença [...] Não se tornou uma Lavras Novas que parece montada para atrair turistas e lucrar, que assim continue" (V5 – SB<sup>23</sup>)*

*"Gostei muito que não tem muito movimento como vemos em Lavras Novas, onde está tudo descaracterizado" (V6 – SB<sup>24</sup>)*

A busca do turista por experiências autênticas em São Bartolomeu encontra ressonância na perspectiva dos moradores locais, evidenciada através de conversas formais e informais, bem como nas observações obtidas durante o trabalho de campo. A harmonização entre o território e suas tradições configura elementos relevantes para a experiência do visitante no distrito.

No entanto, a urbanização turística incipiente, uma característica que ainda possibilita aos visitantes desfrutar de experiências mais autênticas de turismo rural, também tem seu outro lado, resultando em avaliações desfavoráveis. É comum entre os visitantes a crítica à ineficácia dos serviços turísticos e à infraestrutura básica e urbana disponível no distrito, abrangendo aspectos como transporte público deficiente, sinal de internet precário, oferta limitada de hospedagem e estabelecimentos de alimentos e bebidas. Essa constatação, além de ser observada empiricamente, também encontra ressonância no trecho abaixo.

*[...] Muitos vêm esperando uma coisa, encontram outra [...] Eles vêm em busca de um turismo, tipo assim, gastronômico, sentar num lugar, comer uma coisa gostosa, aí ele chega aqui, descobre, tipo sexta à noite, só tem tipo, eu e mais uma casa aberta (E1 – SB<sup>25</sup>)*

Exceto nos períodos de realização das festividades gastronômicas – Festa da Goiaba (Figura 5) e Festa de Tradições Culinárias –, bem como da Festa do Padroeiro, quando o número de visitantes supera exponencialmente o contingente de moradores da vila, durante outros momentos, o fluxo de visitantes em São Bartolomeu ainda não atinge um ponto crítico, capaz de causar os mesmos impactos negativos observados em Lavras Novas, especialmente aos fins de semana e feriados prolongados<sup>26</sup> (Silva, 2016).

Durante a realização da festa da goiaba há uma supervalorização dos produtores e do tradicional modo de produção da goiabada cascão, símbolo do lugar e primeiro bem de natureza imaterial registrado no

<sup>22</sup> Mesmo sem a intenção inicial de comparar os impactos da atividade turística nos distritos de Lavras Novas e São Bartolomeu, essa comparação acabou ocorrendo espontaneamente. Em Lavras Novas, o cenário de superlotação agrava-se durante a ocorrência de shows musicais. Nos últimos anos, inúmeros shows de artistas de renome nacional têm sido realizados no distrito, atraindo milhares de visitantes para a localidade e acentuando os problemas já relatados anteriormente. Isso compromete a natureza tranquila e serena do distrito, afetando negativamente a qualidade de vida dos residentes e a experiência dos turistas que prezam pelo descanso e sossego.

<sup>23</sup> Depoimento de visitante (5) em São Bartolomeu.

<sup>24</sup> Depoimento de visitante (6) em São Bartolomeu.

<sup>25</sup> Depoimento de empresário (1) do setor de turismo em São Bartolomeu.

<sup>26</sup> É importante notar que em Lavras Novas, de segunda a quinta-feira, exceto em períodos de férias e feriados prolongados, a vida na comunidade segue um ritmo calmo e tranquilo, característico das pequenas comunidades rurais. Isso se reflete, por exemplo, na escassa presença de bares e restaurantes abertos, que hesitam em funcionar devido à incerteza quanto à demanda. Nesse caso, os visitantes que optam por fazer uma visita durante a semana, buscando evitar os inconvenientes de um local agitado, acabam enfrentando outro tipo de dificuldade.

município de Ouro Preto, em 2008<sup>27</sup>. Cardoso e Farias (2020) argumentam que em São Bartolomeu a institucionalização dos doces, concomitante a indicação do MTUR, vem gerando grande visibilidade para a localidade e congregando aspectos rurais e urbanos, através do fluxo turístico que engendra para o distrito, principalmente durante os eventos que são realizados.

Figura 5 - Município de Ouro Preto (MG) - Imagens capturadas no mesmo local, sendo a primeira na véspera da Festa da Goiaba e a segunda no primeiro dia do evento (abr. 2023) - 2023



Fonte: Os autores, 2023.

Apesar de São Bartolomeu não registrar um fluxo turístico tão intenso quanto Lavras Novas, durante as festividades mencionadas, os impactos negativos da visitação também se manifestam. A demanda sobre a infraestrutura básica do distrito torna-se sobrecarregada, evidenciando deficiências nos sistemas de comunicação, escassez de água e quedas frequentes de energia, acentuando ainda mais as fragilidades identificadas em relação à precariedade da urbanização previamente salientada. Essa insuficiência na oferta de infraestrutura não apenas afeta os moradores locais, mas também torna a experiência desagradável para os turistas, especialmente durante os períodos festivos.

Influenciada pelo exemplo do distrito de Lavras Novas, amplamente debatido pelos moradores locais, a comunidade de São Bartolomeu já demonstra estar atenta ao aumento do fluxo de visitantes e às potenciais consequências negativas decorrentes desse fenômeno (Cardoso; Farias, 2020; Delabrida; Carvalho, 2018). A população do distrito desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento turístico local. Os agentes endógenos atuam como protagonistas, participando ativamente das decisões quanto ao modelo de turismo que desejam desenvolver na região. Há uma clara preocupação, conforme exposto na Figura 6, em vincular o turismo à valorização do patrimônio cultural, evidenciando um compromisso com a preservação da identidade local e o respeito às tradições.

<sup>27</sup> Compete ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto (COMPATRI), dentre outras atribuições, “propor as bases da política de preservação patrimonial material e imaterial e do patrimônio natural no município de Ouro Preto”; “divulgar parecer prévio do qual dependerão os atos do tombamento e cancelamento do tombamento, assim como do registro ou cancelamento do registro”; “fixar diretrizes, relacionando-as com o interesse público na preservação do patrimônio cultural e natural” (Ouro Preto, 2011b).

Figura 6 - Município de Ouro Preto (MG) - Matéria retratando o aumento do fluxo turístico em São Bartolomeu após indicação do MTUR - 2021



Fonte: Machado, 2021b.

A territorialização turística em São Bartolomeu destaca os moradores como protagonistas, agindo como agentes sociais engajados e interessados no desenvolvimento sustentável da comunidade. Isso fomenta uma abordagem participativa e inclusiva no planejamento e na gestão do turismo. No entanto, é imprescindível estar atento às estratégias que as comunidades adotarão diante das investidas de agentes econômicos externos, as quais possivelmente se intensificarão. Além disso, é crucial monitorar as ações realizadas pela municipalidade.

Diante das possíveis investidas do capital, surge a questão de se a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP) permitirá o desenvolvimento turístico no distrito de forma desordenada, assemelhando-se ao ocorrido em Lavras Novas. Tal cenário poderia contribuir para a descaracterização do patrimônio cultural, além de acarretar outros problemas de dimensões sociais e econômicas. Ademais, essa desordem poderia enfraquecer a participação política da própria comunidade, comprometendo a governança local e a gestão participativa do turismo.

Os agentes mais beneficiados pelo turismo em Lavras Novas são sujeitos que não pertencem ao lugar: [...] já que oferecem uma infraestrutura mais sofisticada materializada, por exemplo, em luxuosas pousadas que contam com os mais variados serviços, em restaurantes que combinam o ambiente rústico com pratos sofisticados, em opções de lazer diferenciadas, como os passeios de quadriciclos. Os moradores nativos do distrito acabam não conseguindo acompanhar os "de fora" no ritmo de exploração da atividade, por meio de um caro incremento nos serviços fornecidos. Em consequência, tornam-se, frequentemente, funcionários dos estabelecimentos empreendidos pelos "de fora" (Dutra; Laschefski, 2013, p. 68).

O rápido desenvolvimento da atividade turística em Lavras Novas foi impulsionado por agentes capitalistas externos, sem um planejamento adequado. Essa abordagem, dentre outras implicações, fragilizou a participação política da comunidade local. Ademais, grande parte da população de Lavras Novas foi relegada a empregos mal remunerados para atender às demandas dos investidores externos, que se tornaram os principais agentes hegemônicos no distrito.

Seja pelos elementos da oferta ou da demanda, é possível distinguir modelos distintos de turismo em desenvolvimento nas duas localidades investigadas. Em São Bartolomeu, é mais comum identificar práticas mais fiéis ao turismo rural, que necessariamente se vincula às características do meio rural, incluindo arquitetura, contato direto com o modo de vida dos habitantes e a culinária da "roça", dentre outras (Candiotto, 2010). Em Lavras Novas, observam-se diversas tipologias de TER sobreposto as experiências mais intimistas com o lugar, como, por exemplo, turismo gastronômico, turismo de aventura, turismo na natureza e, até mesmo, turismo de experiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O distrito-sede de Ouro Preto, especialmente o núcleo histórico tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO, atrai uma demanda turística diversificada. Mais de 60% dos visitantes vêm de fora do

estado de Minas Gerais, e dentro desse grupo, 6,9% são turistas estrangeiros (Ouro Preto, 2017). Ao passo que, nos distritos em análise, a atividade turística parece exercer atração apenas em escala regional.

Entende-se que seja indispensável que a PMOP elabore uma agenda de políticas públicas de turismo para ampliar a diversidade da demanda turística nos distritos em análise. Isso implica na adoção de estratégias de marketing turístico que enfatizem os valores patrimoniais dos distritos, incentivando a visitação ao mesmo tempo que se assegura a preservação dos valores materiais e imateriais, intrinsecamente ligados aos costumes e tradições locais.

Ademais, nas duas localidades em investigação, nota-se uma certa padronização em relação à caracterização da demanda. De maneira geral, predominaram deslocamentos mais curtos e períodos de permanência reduzidos. Essa padronização assemelha-se à dinâmica mais geral da atividade turística em ambientes rurais, seja TR ou TER.

Lavras Novas e São Bartolomeu exibem distintos níveis de urbanização turística, possibilitando a identificação de diversas dinâmicas patrimoniais e seus reflexos no território. Essas situações ressaltam a necessidade de interpretar o patrimônio dentro de uma perspectiva territorial ampla, reconhecendo os valores que compõem as identidades territoriais das comunidades para além da visão limitada do IPHAN e da UNESCO. Além disso, essa abordagem permite valorizar a relação entre patrimônio e turismo como um importante vetor de desenvolvimento para as comunidades locais.

Os níveis de *turistificação* e urbanização turística observados em São Bartolomeu e Lavras Novas direcionam processos diferenciados de *territorialização* na escala local desses distritos. Em São Bartolomeu, os agentes endógenos, como associações e moradores, ainda desempenham papel de destaque nas ações relacionadas à atividade turística. Contudo, diante do recente aumento do fluxo de visitantes, já existem preocupações quanto às possíveis intervenções excessivas de agentes capitalistas externos à comunidade.

Por outro lado, em Lavras Novas, os agentes externos tornaram-se protagonistas do processo de urbanização turística da localidade, no qual a *territorialização* de suas práticas, orientadas sob a égide da acumulação capitalista, culminou com a *desterritorialização* das práticas cotidianas da população local. Entretanto, a comunidade, mesmo tardivamente, já começou a despertar coletivamente em busca de mecanismos que possibilitem a sua *reterritorialização* e, por que não, a sua própria sobrevivência no território.

Apesar das diferenças observadas, os processos de desenvolvimento turístico em Lavras Novas e São Bartolomeu vêm ocorrendo com pouca intervenção do poder público municipal. Essa falta de envolvimento tende a favorecer os agentes externos interessados em acumular capital por meio do turismo, ao mesmo tempo que enfraquece a participação dos agentes locais. Para abordar essa questão, sugere-se a implementação de estratégias de governança participativa como parte essencial do planejamento turístico.

Os exemplos em investigação evidenciam a necessidade premente de estabelecer modelos de gestão territorial mais inclusivos e participativos. Em vez de abordagens centralizadas, é crucial que os agentes locais assumam um papel de destaque na definição do modelo de turismo que a comunidade almeja. Isso implica em criar estruturas de governança que permitam uma colaboração efetiva entre os diversos agentes locais, como residentes, empresas, organizações da sociedade civil e autoridades governamentais.

Portanto, à luz dos princípios da Geografia Crítica, este artigo procurou identificar dinâmicas e sugerir diretrizes para uma prática turística que enfatize a preservação do patrimônio cultural, o respeito às tradições locais e o fortalecimento das ruralidades tradicionais. Reconhecendo a necessidade de uma abordagem holística em consonância com a complexidade do fenômeno turístico, buscou-se transcender as meras considerações econômicas, privilegiando também as dimensões socioespaciais, socioculturais e político-territoriais. Assim, sem a pretensão de esgotar o debate, acredita-se que este trabalho possa contribuir para a formulação de políticas territoriais mais justas e igualitárias, incorporando o turismo e o patrimônio de forma integral.

## REFERÊNCIAS

- ASHWORTH, G.; PAGE, S. Urban tourism research: Recent progress and current paradoxes. *Tourism Management*, v. 32, n. 1, p. 1-15, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.02.002>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitucionaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitucionaocompilado.htm). Acesso em: 11 dez. 2024.

BRICALLI, L. C. L. **Estudo das tipologias do turismo rural**: Alfredo Chaves (ES). 1. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2005.

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de Turismo Rural. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo-SP, v. 21, p. 3-24, 2010. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v21i1p3-24>

CARDOSO, V. A. da S.; FARIAS, R. de C. P. Patrimonialização das tradições gastronômicas de São Bartolomeu, Minas Gerais, como fomento ao turismo e à identidade cultural. **Patrimônio e Memória**, Assis-SP, v. 16, n. 2, p. 313-342, 2020.

CARMO, B. H. A. PCH, **Programa Monumenta e PAC-CH**: o patrimônio cultural na perspectiva da política pública. Dissertação (Mestrado em Ciências) - São Carlos: UFSCAR. 2020.

CORDEIRO, E D. O turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: O novo distrito de Lavras Novas. **Cultur - Revista de Cultura e Turismo**, v. 2, n. 2, 2008.

CORDEIRO, L. R. A (Re)Valorização do Patrimônio e as Transformações da Paisagem: O Exemplo da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G, J; RIBEIRO, M. A (Orgs.) **Revisitando o território fluminense IV**. Rio de Janeiro: Gramma, 2012, p. 69-90.

CRUZ, R. de C. A. **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. 1. ed. São Paulo: Roca, 2012.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020.

<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6343>

DE DAVID, C. A geografia agrária e as paisagens rurais. In: Marafon, G. J.; Chelotti, M. C. (Eds.). **Temas em geografia rural**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

DELABRIDA, N. O, G; CARVALHO, A. N. Turismo e gastronomia: uma análise do potencial gastronômico de São Bartolomeu, Distrito de Ouro Preto/MG. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2018. <https://doi.org/10.17648/raoit.v12n2.5074>

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 1. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DUTRA, C. A.; LASCHEFSKI, K. A. Representações do turismo em Lavras Novas: potencial de geração de conflitos ambientais. **Revista Geografias**, p. 55-69, 2013. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13353>

GESTEIRA, L. A. A. G. **A territorialização do capital financeiro e as multideterminações da expropriação capitalista no litoral norte sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Aracaju: UFS. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acesso em: 11 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **DTB – Divisão Territorial Brasileira**. 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?t=o-que-e>. Acesso em: 11 dez. 2024.

KNAFOU, R. Turismo e Território. Por uma abordagem científica do turismo. In: Rodrigues, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia**: Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996.

KVIST, A.-K. J.; KLEFSJÖ, B. Which service quality dimensions are important in inbound tourism? **Managing Service Quality**, v. 16, n. 5, pp. 520-537, 2006.  
<https://doi.org/10.1108/09604520610686151>

- LASH, S.; URRY, J. **Economias de sinais e espaço**. Londres: Sage, 1994.
- LEITE, P. L.; BRUSADIN, L. B. A dualidade socioespacial de Ouro Preto (MG) dentre a patrimonialização global e as táticas cotidianas locais. In: CALGARO, C. (org.) **Constitucionalismo e Meio Ambiente**, Tomo I: constitucionalismo latino-americano e a ética. Porto Alegre: Editora Fi. (1), 396-412, 2020.
- LIMA, M. R. de; SILVA, F. C. da. Viabilidade turística em territórios rurais: Revisão da literatura em face do cenário de pandemia de 2020. **Fólio - Revista Científica Digital - Jornalismo, Publicidade e Turismo**, n. 1, 2020.
- LÓPEZ-TORO, A. A.; DÍAZ-MUÑOZ, R.; PÉREZ-MORENO, S. As assessment of the quality of a tourist destination: the case of Nerja, Spain. **Total Quality Management**, v. 21, n. 3, pp. 269-289, 2010. <https://doi.org/10.1080/14783360903553164>
- MACHADO, N. Melhor vila turística do mundo pode estar em Minas, pertinho de BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 13 set. 2021a. Turismo. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2021/09/13/interna\\_turismo,1305124/melhor-vila-turistica-do-mundo-pode-estar-em-minas-pertinho-de-bh.shtml#:~:text=Melhor%20vila%20tur%C3%ADstica%20do%20mundo%20pode%20estar%20em%20Minas%2C%20pertinho%20de%20BH,-S%C3%A3o%20Bartolomeu%20foi&text=Uma%20bicenten%C3%A1ria%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20doces,da%20Floresta%20Estadual%20do%20Uaimii](https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2021/09/13/interna_turismo,1305124/melhor-vila-turistica-do-mundo-pode-estar-em-minas-pertinho-de-bh.shtml#:~:text=Melhor%20vila%20tur%C3%ADstica%20do%20mundo%20pode%20estar%20em%20Minas%2C%20pertinho%20de%20BH,-S%C3%A3o%20Bartolomeu%20foi&text=Uma%20bicenten%C3%A1ria%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20doces,da%20Floresta%20Estadual%20do%20Uaimii). Acesso em: 17 dez. 2024.
- MACHADO, N. São Bartolomeu comemora fluxo de turistas, mas se preocupa com preservação. Estado de Minas, Belo Horizonte, 06 out. 2021b. Gerais. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/06/interna\\_gerais,1311934/sao-bartolomeu-comemora-fluxo-de-turistas-mas-se-preocupa-com-preservacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/06/interna_gerais,1311934/sao-bartolomeu-comemora-fluxo-de-turistas-mas-se-preocupa-com-preservacao.shtml). Acesso em: 17 dez. 2024.
- MARAFON, G. J. A atividade turística no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Fluminense**, p. 32-35, 2010.
- MARAFON, G. J. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, v. 18-19, jan.dez., 2006. <https://doi.org/10.14393/RCT1111776>
- MARCONI, M. de; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MASCARENHAS, G. Cenários contemporâneos da urbanização turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, p. 1-11, 2004.
- MILHEIRO, E.; KASTENHOLZ, E.; CARNEIRO, M. J. O perfil do turista e a experiência vivida em espaço rural no Alto Alentejo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [S.I.], v. 2, n. 27/28, p. 81-84, 2017. <https://doi.org/10.34624/rtd.v2i27/28.2968>
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. do. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009>
- OURO PRETO. **Lei Complementar nº 29, de 28 de Dezembro de 2006**. Estabelece o Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Ouro Preto: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: [https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_txt\(5073\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(5073).html). Acesso em: 17 dez. 2024.
- OURO PRETO. **Lei Complementar nº 93, de 2011**. Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Ouro Preto: Câmara Municipal, [2011a]. Disponível em: [https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_txt\(12228\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(12228).html). Acesso em: 11 dez. 2024.
- OURO PRETO, **Lei Nº 708 de Setembro de 2011**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural/COMPATRI e dá outras providências. Ouro Preto: Câmara Municipal, [2011b]. Disponível em: [https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma\\_juridica/NJ\\_txt\(12563\).html](https://sgm.ouropreto.mg.gov.br/arquivos/norma_juridica/NJ_txt(12563).html). Acesso em: 11 dez. 2024.
- OURO PRETO, **Plano Municipal de Turismo, 2017-2027**. Ouro Preto: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto, 2017. 49 p.

PAES, M. T. D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. **Letra e Imagem**, p. 162-176, 2009.

PAIVA, R. A.; DIÓGENES, B. H. N. Urbanização turística e infraestrutura na região metropolitana de Fortaleza: impactos e conflitos. **Paisagens Híbridas: Turismo e produção do espaço litorâneo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 166-185, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ph/article/view/56887>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(1), pp. 120-144, jan./mar. 2014. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.719>

ROMERO, J. Lo rural y la ruralidad en América Latina: categorías conceptuales en debate. **Perspectivas**, v. 11, n. 1, p. 8-31, 2012. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol11-Issue1-fulltext-176>

ROSVADOSKI, S. P; GAVA, R; DEBOÇÃ, L. P. Manifestações da identidade em processos de alterações locais: o caso do distrito de Lavras Novas, Ouro Preto (MG). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.49-67, 2014.

RUA, J. Metropolização do espaço, urbanidades no rural e novas ruralidades. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C; PESSÔA, V. L.S. **Temas em geografia rural** [recurso eletrônico] / 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

RUSCHMANN, D. V. de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M; FROEHLICH, J. M. (Eds.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, I. A. **Patrimonialização, tradição e transmissão**: o caso do saber-fazer doces artesanais no distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto/Minas Gerais). 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.

SILVA, J, M; SILVA, E, A; JUNCKES, I, J. **Construindo a ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. 92 p.

SILVEIRA, A. A. **Desenvolvimento socioeconômico e a gestão do patrimônio cultural em Lavras Novas**: entre ações pró-turismo e políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Viçosa: UFV. 2017.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. Processo turístico no espaço rural: impactos e planejamentos. In: SOUZA, M.; DOLCI, T. S. (Eds.). **Turismo rural**: fundamentos e reflexões. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. p. 61-81.

TEIXEIRA, J. C. O Turismo e a Revalorização das ruralidades. **Revista Percurso** (Online), v. 8, p. 59, 2016.

TEIXEIRA, R. dos S. **Uma conjuntura de aparências**: a não construção de um sistema municipal de planejamento urbano em Ouro Preto. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Belo Horizonte: UFMG. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

VARAJÃO, G. F. D. C.; DINIZ, A. M. A. Turismo, produção do espaço e urbanização: evolução do uso e ocupação do solo de Lavras Novas, Ouro Preto-MG. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 42, p. 73-89, 2014. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2014v24n42p73>

---

Recebido em: 20/06/2024

Aceito para publicação em: 15/01/2025